

A POLÍTICA DE JESUS DE NAZARÉ

The Politics of Jesus of Nazareth

Benedito Ferraro*

bferraro@terra.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-0994-0464>

Ivanir Antonio Rodighero**

ivanirantonio.itepa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2195-3252>

*Presbítero da Arquidiocese de Campinas. Doutor em Teologia pela Universidade de Fribourg (Suíça), é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Preside o CESEEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular), onde promove a formação de lideranças sociais e pastorais. Reconhecido por seu compromisso com as comunidades periféricas, sua reflexão teológica articula fé, política e justiça social e na missão da Igreja junto aos pobres. Professor de Teologia na Faculdade Nossa Senhora da Assunção..

**Presbítero da Arquidiocese de Passo Fundo (RS), licenciado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1982) e bacharel em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (Itepa). Possui especialização em Epistemologia das Ciências Sociais (1993) pela UPF e mestrado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (1995). É coordenador e professor do Bacharelado em Teologia da Itepa Faculdades

Recebido em: 26/02/2026
Aprovado em: 20/05/2026



Este artigo está licenciado com a licença:
Creative Commons Attribution-
NonCommercial No Derivatives 4.0 Inter-
national License

Resumo: O texto apresenta a dimensão profundamente política da missão de Jesus de Nazaré, situada em um contexto de opressão pelo Império Romano e por um sistema religioso marcado pela exclusão. Seu anúncio do Reino de Deus inaugura uma nova forma de viver, fundada na justiça, na misericórdia e na fraternidade, subvertendo tanto a lógica imperial quanto o legalismo religioso. O Reino não é uma realidade abstrata, mas um projeto histórico que transforma relações, estruturas e mentalidades, tendo os pobres como protagonistas. Enquanto Roma governava pela força, Jesus revela um poder que se manifesta no serviço, na partilha e na compaixão. Sua cruz sintetiza o confronto entre o amor de Deus e a violência dos poderes humanos, revelando a vitória da esperança. A política do Reino, vivida nos gestos e palavras de Jesus, propõe uma cidadania baseada no cuidado, na inclusão e no compromisso com os mais vulneráveis, inspirando a Igreja — especialmente através da sinodalidade, da caridade política e da promoção da justiça — a ser sinal vivo da fraternidade universal desejada por Deus.

Palavras chaves: Reino de Deus; política; justiça; fraternidade e misericórdia.

Abstract: The text presents the profoundly political dimension of the mission of Jesus of Nazareth, situated within a context of oppression by the Roman Empire and a religious system marked by exclusion. His proclamation of the Kingdom of God inaugurates a new way of life grounded in justice, mercy, and fraternity, subverting both imperial logic and religious legalism. The Kingdom is not an abstract reality but a historical project that transforms relationships, structures, and mentalities, with the poor as protagonists. While Rome governed through force, Jesus reveals a power manifested in service, sharing, and compassion. His cross synthesizes the confrontation between God's love and the violence of human powers, revealing the victory of hope. The politics of the Kingdom, lived in the gestures and words of Jesus, proposes a citizenship based on care, inclusion, and commitment to the most vulnerable, inspiring the Church—especially through synodality, political charity, and the promotion of justice—to be a living sign of the universal fraternity desired by God.

Keywords: Kingdom of God; politics; justice; fraternity; mercy.

INTRODUÇÃO: JESUS E A DIMENSÃO POLÍTICA DA FÉ

Jesus de Nazaré viveu e atuou em um contexto profundamente marcado por tensões políticas, sociais, econômicas e religiosas. A Palestina estava submetida ao Império Romano, que oprimia o povo com tributos pesados, presença militar constante e humilhação cultural. Paralelamente, as lideranças religiosas judaicas, em maior ou menor grau vinculadas ao sistema imperial, mantinham um controle rígido sobre a vida cotidiana, regulando comportamentos, possibilidade e exclusões. É nesse ambiente de opressão múltipla — econômica, política e simbólica — que Jesus anuncia uma realidade nova: o Reino de Deus. Uma proposta que não se reduz a um espaço geográfico nem a um poder institucional, mas constitui uma nova forma de viver organizada pela lógica da misericórdia, da justiça e da fraternidade.

Desde o início de sua vida pública, Jesus apresentou o Reino como uma urgência histórica: “O Reino de Deus está próximo; convertei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). Essa proclamação é inseparável de uma crítica às estruturas que feriam a dignidade humana e de uma proposta concreta de transformação das relações sociais. Embora Jesus não tenha realizado política partidária, sua prática foi intensamente política no sentido mais profundo do termo: Ele inaugurou um modo novo de usar o poder, de organizar a comunidade e de compreender a autoridade. Seu caminho não é o da dominação, mas o do serviço; não é o da violência, mas o da compaixão; não é o do privilégio, mas o da proximidade com os pobres e excluídos.

Dessa forma, a fé cristã não pode ser reduzida a uma espiritualidade intimista nem reduzido âmbito estritamente privado. O Evangelho possui implicações sociais e políticas inevitáveis, pois incide sobre a vida concreta das pessoas e interpela a transformação das estruturas que produzem injustiça, exclusão e sofrimento. Nesse horizonte, o Papa Francisco recordou que a política, embora frequentemente maltratada e desacreditada, constitui uma vocação nobre e exigente: “A política, tão denegrida, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum” (Francisco, 2013, n.205). Tal afirmação retoma uma intuição já presente no magistério do Papa Pio XI, que, em seu discurso aos dirigentes da Federação Universitária Católica Italiana (FUCI), em 18 de dezembro de 1927, afirmou que a caridade se realiza de modo pleno quando assume também uma dimensão social e política. Essa compreensão foi posteriormente retomada por Pio XII, Paulo VI e, de modo particular, pelo Papa Francisco, indicando que o compromisso político, quando orientado pelo Evangelho, não é algo extrínseco à fé, mas uma expressão concreta do amor cristão que busca o bem comum e a dignidade de todos.

De fato, Pio XI, na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), sublinhou que a caridade deve orientar também a vida pública, pois somente assim pode contribuir para a transformação das estruturas injustas da sociedade. Essa mesma compreensão foi retomada por Bento XVI, quando afirmou que “a caridade deve animar a existência de cada fiel, inclusive sua atividade política”, integrando fé, ética e responsabilidade social (Bento XVI, 2005, n. 28). Para ele, o amor cristão, se for autêntico, não pode se omitir diante das desigualdades e sofrimentos que marcam o tecido social.

Assim, ao anunciar o Reino, Jesus oferece uma “política do Evangelho”, marcada pela dignidade de cada pessoa, fundada na misericórdia, comprometida com a justiça e orientada para a fraternidade universal. O magistério recente chama essa postura de “caridade política”, isto é, a forma de amor que busca transformar as estruturas sociais para que todos possam viver com dignidade.

Quando Jesus curava, incluía, acolhia, denunciava e reconciliava, Ele mostrava que o Reino de Deus não é apenas uma realidade futura, mas um processo histórico que se constrói no hoje por meio de escolhas éticas, comunitárias e sociais. Em síntese, a dimensão política da fé cristã não nasce de ideologias, mas da própria identidade do Evangelho. Seguir Jesus é acolher sua forma de viver, sentir e agir — uma forma que transforma o mundo porque transforma corações, relações e estrutura.

O presente artigo, portanto, tem como objetivo explicitar a postura de Jesus diante das estruturas de poder, evidenciando sua crítica ao sistema religioso-político de sua época e apresentando o anúncio do Reino de Deus como alternativa com implicações políticas, éticas, espirituais, sinodais e sociais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e teológico-pastoral, fundamentada na análise teológica de textos bíblicos, no diálogo com a tradição patrística, no magistério social da Igreja e nas contribuições da teologia contemporânea, especialmente aquelas que refletem sobre a dimensão histórica e transformadora do Reino de Deus.

O percurso argumentativo segue um fio condutor que parte do contexto histórico da atuação de Jesus, passa pela compreensão do Reino como projeto de fraternidade e justiça, analisa o confronto com as estruturas políticas e religiosas de seu tempo, retoma a recepção dessa proposta na tradição dos Padres da Igreja e, por fim, evidencia suas implicações éticas e sociais para a vida cristã e para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Desse modo, busca-se demonstrar que a política do Reino, vivida e anunciada por Jesus, não constitui apenas uma proposta espiritual, mas um horizonte teológico e histórico capaz de orientar o compromisso dos discípulos e discípulas na transformação das relações humanas e das estruturas sociais à luz do Evangelho¹.

2. O PROJETO DO REINO DE DEUS: O CAMINHO DA FRATERNIDADE

Jesus de Nazaré anunciava o Reino de Deus como o projeto de vida digna para uma humanidade reconciliada, capaz de restaurar as relações rompidas pelo egoísmo e pelo pecado. Trata-se de uma proposta que ultrapassa o âmbito da espiritualidade e alcança totalidade da existência humana, incluindo suas dimensões pessoais, sociais e políticas. Ao proclamar em Nazaré:

¹ Embora este artigo destaque a dimensão política do anúncio do Reino de Deus na atuação de Jesus, é importante reconhecer que a literatura exegética contemporânea apresenta diferentes perspectivas sobre a relação entre Jesus e o Estado. N. T. Wright enfatiza o caráter subversivo e alternativo do Reino frente ao poder imperial (Wright, 1996); Oscar Cullmann interpreta essa relação à luz da história da salvação, relativizando o Estado diante do senhorio de Deus (Cullmann, 1968); enquanto Martin Hengel adverte contra leituras excessivamente politizadas da figura de Jesus, sublinhando a primazia de sua missão escatológica (Hengel, 1971). Em razão da delimitação temática e da brevidade deste estudo, não foi possível estabelecer um diálogo mais aprofundado com essas abordagens, embora constituam importantes contribuições para o debate exegético e teológico contemporâneo.

“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres” (Lc 4,18), Jesus inaugurou um novo horizonte de vida e convivência, no qual os pobres, os oprimidos e os esquecidos ocupam o centro da história. O Reino não se impõe pela força, mas se propõe como graça e apelo à conversão (Mc 1,15), transformando de dentro para fora a vida das pessoas, das comunidades e da sociedade. Ele se manifesta onde o amor vence o medo, onde a partilha substitui a competição e onde a misericórdia reconstrói aquilo que a injustiça destruiu (Pagola, 2014).

A justiça é o primeiro traço dessa revolução silenciosa do Nazareno. Mas não se trata de uma justiça retributiva ou punitiva, e sim restauradora: aquela que cura, reintegra e reconcilia. Nas parábolas e gestos de Jesus — como na parábola dos trabalhadores da vinha (Mt 20,1-17) ou no encontro com a mulher adúltera (Jo 8,1-11) — emerge uma justiça que devolve dignidade, rompe os ciclos de exclusão e restabelece a comunhão. Essa justiça está intimamente unida à misericórdia, que é o coração pulsante do Reino (Kasper, 2012, p. 71-82). A misericórdia, longe de ser mera emoção, é critério da verdade: é nela que o amor se revela mais forte do que a lei (Lc 15). Jesus não relativizou a verdade, mas a encarnou na compaixão, mostrando que o juízo de Deus não é destruição, mas possibilidade de recomeço. Assim, cada gesto de perdão, cada ato de cura e cada acolhida aos marginalizados, expressam o modo concreto como Deus reina: reconciliando e não condenando (Francisco, 2015, n. 21).

A verdade do Reino, por sua vez, não é apenas doutrinária, mas existencial. “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (Jo 8,32). Essa verdade liberta porque desmascara as máscaras do poder, da hipocrisia e da indiferença. Jesus, com sua vida, denunciou os sistemas religiosos e políticos que aprisionavam o ser humano em legalismos e privilégios, e propôs uma liberdade fundada na filiação divina e na fraternidade universal (João Paulo II, 1993, n.87). No Reino, a verdade não exclui, mas reconcilia; não oprime, mas liberta; não domina, mas serve. É nesse horizonte que ocorre a inversão das hierarquias: “os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos” (Mt 19,30). O Reino de Deus subverte a lógica dos tronos e das coroas, porque o critério da grandeza é o serviço e o poder se exerce pelo amor.

A fundamentação teológica do Reino como revolução da fraternidade encontra ressonância profunda no magistério contemporâneo. São João Paulo II afirmava que o Reino exige “a conversão das estruturas de pecado” (João Paulo, 1987, n.38) — ou seja, não apenas a mudança de corações individuais, mas a transformação das realidades sociais que geram exclusão, desigualdade e violência. Bento XVI sublinhava que “a Igreja não é um agente político, mas não pode nem deve ficar à margem da luta pela justiça” (Bento XVI, 2005, n. 28), porque a fé autêntica sempre tem consequências sociais. O Papa Francisco ampliou essa perspectiva ao propor o amor social como força transformadora capaz de criar uma nova cultura política baseada na fraternidade e na solidariedade (Francisco, 2020, n. 180). Ele afirmou que a caridade política é a forma mais elevada de amor cristão, pois busca o bem comum e promove a dignidade de todos (Francisco, 2020, n.180).

O Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão (2024) reafirma que o Reino de Deus se realiza também nas dinâmicas comunitárias da Igreja, quando esta aprende a caminhar junto, escutando

o Espírito e discernindo os sinais dos tempos (Francisco, 2020, n.180). A sinodalidade, nesse sentido, é expressão prática da política do Reino: uma Igreja que serve, escuta e se compromete com a transformação da realidade. Da mesma forma, as Campanhas da Fraternidade promovidas anualmente pela CNBB — como expressão concreta da necessidade de conversão pastoral e social — traduzem em linguagem pastoral o mesmo dinamismo do Reino: transformar estruturas de pecado em estruturas de comunhão, despertar a consciência social dos fiéis e promover uma cultura de solidariedade ativa (CNBB, 2024, n.45-49).

O Reino de Deus, portanto, é a grande utopia cristã tornada caminho concreto de vida. Ele não se reduz a um ideal futuro, mas é realidade já presente na história, germinando onde a justiça floresce, onde a misericórdia se faz gesto e onde a verdade se traduz em libertação. A revolução de Jesus não se expressou em armas ou decretos, mas em encontros e testemunhos. Sua política é a do amor que se faz serviço, da fé que se encarna na história e da esperança que se traduz em compromisso. O Reino é o projeto de Deus para um mundo novo — um mundo em que todos possam viver como irmãos, reconhecendo no outro não um inimigo, mas um espelho do próprio Deus.

O Reino de Deus, portanto, não é uma ideia abstrata ou mero símbolo espiritual, mas é a expressão histórica da vontade de Deus: “que todos tenham vida, e vida em abundância” (Jo 10,10). Em chave mais sistemática, Jon Sobrino descreve o Reino como “a vida justa dos pobres, aberta sempre a um ‘mais’”, isto é, uma realidade dinâmica que nasce nos espaços de sofrimento, resiste às forças da morte e se projeta para uma plenitude que ultrapassa todas as antecipações históricas (Sobrino, 1983, p.196). O Reino se manifesta, sobretudo, quando os pobres recuperam sua dignidade e se tornam protagonistas de sua própria história, porque neles Deus encontra morada e deles faz brotar esperança nova. Em sintonia, com livro “Reino de Deus: fundamento e horizonte da missão”, afirma que o Reino é a chave hermenêutica da missão de Jesus e o critério último de toda ação evangelizadora, pois expressa simultaneamente a transcendência de Deus e sua proximidade com a fragilidade humana (Ferraro, 2007, p.19-27). Para Ferraro, o Reino reconcilia fé e vida, espiritualidade e compromisso social, oração e transformação das estruturas, fazendo da Igreja um “sacramento do cuidado”, capaz de testemunhar, com humildade e coragem, a fraternidade universal desejada por Deus.

Assim, o itinerário da fraternidade não é acessório ao cristianismo, mas o seu coração. O Reino é o horizonte permanente que chama os discípulos a superar indiferenças, confrontar injustiças e restaurar vidas feridas. É caminho, é processo e é promessa: caminho que transforma, processo que liberta e promessa que sustenta. Onde a justiça floresce, onde a misericórdia cura e onde a verdade liberta, o Reino já está presente. E cada comunidade cristã — quando vive a sinodalidade, promove a paz, luta pela justiça e faz-se próxima dos pobres — torna-se sinal vivo desse Reino que está no meio de nós e que, um dia, se revelará em plenitude.

3. ENFRENTAMENTO DE DOIS SISTEMAS: IMPÉRIO ROMANO E ESTADO JUDAICO

A atuação de Jesus de Nazaré se insere em um cenário marcado pela tensão entre dois sistemas de poder que, embora distintos em sua origem, convergiam na produção de injustiça e

sofrimento para o povo: o Império Romano, com sua lógica militarista/escravocrata, econômica e ideológica de dominação, e o Estado Judaico, cuja liderança religiosa, em aliança com Roma, havia transformado a fé em instrumento de controle e exclusão. Não se trata aqui de descrever minuciosamente esses sistemas, mas de revelar a dinâmica política perversa que deles emergia e que condicionava a vida cotidiana dos pobres, dos doentes e dos considerados “impuros”. É nesse ambiente de dupla opressão que o anúncio do Reino de Deus assume sua verdadeira densidade: ele não é apenas mensagem espiritual, mas uma alternativa histórica, social e teológica que confronta, desestabiliza e supera as estruturas de morte. Assim, compreender a tensão entre esses dois sistemas é essencial para perceber a radicalidade e a novidade do Reino proclamado por Jesus.

3.1. O IMPÉRIO ROMANO — CONTEXTO DA SUBVERSÃO DO REINO

O anúncio do Reino de Deus por Jesus de Nazaré se deu em meio a uma das estruturas políticas mais poderosas e opressoras da história: o Império Romano. A Palestina, sob domínio de Roma desde 63 a.C., vivia uma realidade de colonização marcada pela violência institucional, pela exploração econômica e pela humilhação cultural. O Império sustentava-se sobre três pilares fundamentais — o militarismo, a tributação e a idolatria política — que garantiam a manutenção do poder, o controle social e a submissão dos povos. Diante desse contexto, o Reino de Deus apresentado por Jesus, surge como uma alternativa profundamente subversiva, um projeto que desestabiliza a lógica imperial, não por meio da força, mas pela compaixão, pela justiça e pela verdade.

O militarismo era o instrumento visível do domínio imperial. O exército romano não apenas assegurava fronteiras, mas mantinha o medo e a obediência das populações conquistadas. A *pax romana* — a “paz” imposta por Roma — era, na verdade, uma paz sustentada pelo sangue dos vencidos. Rebeliões eram sufocadas com violência e a crucificação se tornava espetáculo de terror público, símbolo do poder que mata para afirmar-se. É precisamente nesse cenário que a cruz do Nazareno adquire um significado revolucionário: o símbolo máximo da dominação imperial se converte em sinal da vitória do amor sobre a violência. A cruz revela que a verdadeira força não está na imposição, mas no dom de si; que a redenção não se conquista pela espada, mas pela entrega. Como afirma Leonardo Boff, “a política de Jesus é a do servo que constrói comunhão, e não do dominador que impõe ordem” (Sobrino, 1983, p.78). Nesse sentido, a cruz é também o grande manifesto da resistência não violenta e o sinal escatológico da esperança: onde o império vê derrota, o Reino vê ressurreição.

Outro pilar da dominação romana era a tributação opressiva. Os impostos, recolhidos por cobradores locais (publicanos), serviam ao enriquecimento das elites e à sustentação do luxo imperial². O povo camponês vivia endividado e empobrecido, perdendo terras e dignidade.

² “A carga tributária era bem alta. Havia o imposto sobre a colheita ou produtos que correspondia a 25% do total. Cobravam-se 11% de corveia ou anona, contribuição anual, geralmente em espécies, para a manutenção das tropas de ocupação. Ainda 10% de alfândega, imposto direto sobre toda compra e venda de artigos, inclusive os de primeira necessidade. Parte deste imposto ficava com o estado Judaico” (Ferraro, 2007, p.29).

Nesse contexto, a pregação de Jesus sobre o Reino de Deus — onde ninguém passa necessidade e todos partilham o pão — assume um caráter libertador e político. Ao partilhar os pães (Mc 6,30-52), Jesus realiza um gesto profundamente simbólico: a partilha substitui a exploração, a abundância comunitária supera a lógica da acumulação. Sua ação revela que a economia do Reino é regida pela solidariedade, não pelo lucro; pelo cuidado, não pela usura. Em contraste com o tributo a César, Jesus propõe a fidelidade a Deus, cuja imagem deve ser impressa não em moedas, mas no coração humano (Mc 12,13-17). Assim, Ele desmascara o poder idolátrico do dinheiro e inaugura um modo novo de viver as relações sociais e econômicas.

O terceiro elemento do Império era a idolatria política, expressa no culto a César. O Imperador era proclamado “filho de deus” e “salvador do mundo”, títulos que o Novo Testamento aplicará exclusivamente a Jesus Cristo (Jo 4,42;5,19-26). Essa autodeificação do poder político constituía um desafio teológico: o império reivindicava para si o lugar de Deus. Dizer, portanto, “Jesus é o Senhor” (*Kyrios Iesous*) era uma confissão subversiva, pois negava a divindade de César. Quando Jesus entrou em Jerusalém montado em um jumentinho (Mc 11,1-10), Ele realizou um gesto profético de paródia: contrapõe à pompa imperial uma realeza humilde e servidora. O verdadeiro rei (Dt 17,14-19) não entra em cavalo de guerra, mas em símbolo de paz. Essa encenação pública era teologia em movimento — uma crítica simbólica ao poder que oprimia e uma proclamação do Reino que liberta. A entrada messiânica não foi espetáculo político, mas revelação do Deus que governa com mansidão e misericórdia.

Em suma, o Reino de Deus é a antítese do Império. Onde Roma impõe, Jesus liberta; onde o Império explora, Jesus compartilha; onde o poder mata, Jesus dá a vida. A subversão de Jesus não se dá pela força, mas pela fidelidade à vontade do Pai. Ele desmonta os fundamentos do domínio humano ao proclamar que a verdadeira autoridade é o serviço (Mc 10,42-45). Em vez da pirâmide do poder, o Reino propõe o círculo da fraternidade. O servo é o novo paradigma do líder, e o amor é a nova forma de governar. Por isso, o Reino não se reduz a uma espiritualidade intimista, mas é um projeto social e histórico, enraizado no amor preferencial pelos pobres e na denúncia das estruturas que geram morte. A fé cristã, quando autêntica, possui uma dimensão pública e política: não para dominar, mas para servir; não para impor, mas para libertar.

Teologicamente, a cruz sintetiza o confronto entre o Reino de Deus e o Império humano. Ela é o ponto de encontro entre a violência do mundo e a compaixão de Deus. Na cruz, o amor vence o ódio, e a fraqueza se revela mais forte que o poder. Trata-se de um ato de resistência não violenta, que inspira os discípulos a transformar o mundo sem reproduzir suas lógicas de dominação. A cruz é também promessa escatológica: anuncia um futuro em que Deus será tudo em todos (1Cor 15,28), quando toda forma de império cairá e somente o amor permanecerá. A política do Reino, portanto, é a política da esperança, que acredita na força transformadora do amor, da misericórdia e da verdade.

3.2. O ESTADO JUDAICO — RELIGIÃO COMO PODER E EXCLUSÃO

O sistema religioso vigente à época de Jesus havia se transformado em um poderoso instrumento de controle social e legitimação política (Sanders, 1985, p.56-59). As autoridades religiosas

— em aliança com o poder imperial — faziam da fé um mecanismo de exclusão e distinção, onde a observância ritual substituíra a compaixão, e a pureza legal se sobrepunha à misericórdia.

Entre os principais grupos do judaísmo do período, destacavam-se os saduceus, ligados à aristocracia sacerdotal e próximos do poder romano; os herodianos, colaboradores do regime imposto; os fariseus, que sustentavam um rigor moral e jurídico, frequentemente reduzido à exterioridade; os zelotas, que propunham a libertação por meio da violência revolucionária; e os essênios, que optavam pelo isolamento ascético no deserto (Brown, 2004, p. 131-136.).

Jesus, porém, não se identificava com nenhum dos grupos de sua época, pois estes não promoviam a vida nem a dignidade de todos. Sua fidelidade era radicalmente voltada ao Pai, e sua missão brotava da comunhão profunda com Ele e com o povo. Ao afirmar: “O meu Reino não é deste mundo” (Jo 18,36) (Bento XVI, 2007, p.169), Jesus não apenas se distanciou das estruturas de poder político e religioso absolutizadas, mas também inaugurou uma nova lógica — a do serviço, da fraternidade e da justiça. Essa declaração relativiza qualquer pretensão de domínio e aponta para um Reino fundamentado na misericórdia, na inclusão e na centralidade da vida humana.

Ao denunciar o uso mercantil do Sagrado e a hipocrisia dos líderes religiosos — “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas” (Mt 23,13) —, Jesus revelou o rosto de um Deus que não se deixa aprisionar por instituições e cuja santidade se manifesta na compaixão. Sua ação profética no Templo (Jo 2,13-16) não era apenas uma crítica moral, mas um gesto escatológico: proclamou o fim de um culto centrado em sacrifícios e abriu o caminho para o culto em espírito e verdade (Jo 4,23) (Moltmann, 1994, p.188-192).

A fé autêntica, segundo o Evangelho, liberta e não subjuga. O Reino de Deus não se confunde com uma estrutura religiosa, mas é um dinamismo espiritual que transforma as relações humanas, tornando-as mais éticas, solidárias e fraternas (Gutiérrez, 1981, p. 212). Como recorda o Papa Francisco, “a fé, quando autenticamente vivida, torna-se fermento de comunhão e instrumento de libertação” (Gutiérrez, 1981, p.212). Assim, o Reino anunciado por Jesus é transcendental em sua origem e profundamente ético e comunitário em suas consequências, pois reconcilia o homem com Deus e com os irmãos.

4. A POLÍTICA DE JESUS NA COMPREENSÃO DOS SANTOS PADRES

A expressão “política de Jesus” não pode ser compreendida segundo os critérios modernos de disputa eleitoral, partidarismo ou ideologias. Para os Santos Padres, Jesus não inaugura uma teoria política no sentido contemporâneo do termo, mas propõe um modo novo de exercer autoridade, profundamente enraizado no Evangelho e dotado de consequências éticas, sociais e espirituais. A sua política é a do Reino de Deus, que redefine a vida humana, transforma as relações sociais e orienta o governo da comunidade pela justiça, misericórdia e serviço. Assim, os Padres reconhecem em Jesus o modelo de toda autoridade autêntica, não porque Ele tenha ocupado cargos de poder, mas porque revelou a verdade última sobre o sentido do poder humano: servir à vida, promover a comunhão e edificar a paz.

Santo Agostinho foi quem ofereceu a reflexão mais ampla sobre esse tema. Em *A Cidade de Deus*, ele distinguiu a Cidade terrena, fundada no amor desordenado de si, e a Cidade de Deus, fundada no amor a Deus até o dom total de si. A política de Jesus, para Agostinho, corresponde ao dinamismo da Cidade de Deus, que rompe a lógica da dominação e inaugura a primazia da caridade como princípio de organização da vida social (Agostinho, 2012a, p.28). Quando Jesus Cristo afirmou: “entre vós não será assim” (Mt 20,26), Agostinho interpretou essa palavra como a redefinição do significado do poder, agora compreendido como serviço ao bem comum (Agostinho, 1997, p.212). Daí sua afirmação célebre: “Reinar é servir” (Agostinho, 2019). A política de Jesus é, portanto, a política da caridade que forma um povo unido pela paz.

São João Crisóstomo, bispo de Constantinopla, interpretou a política de Jesus de modo profundamente social, a partir da centralidade dos pobres. Para ele, nada é mais próprio da Igreja do que cuidar dos necessitados, pois esse é o coração da política do Cristo (Crisóstomo, 2018, p.50). A autoridade cristã, segundo Crisóstomo, só é legítima quando se expressa em serviço, humildade e defesa dos vulneráveis. Por isso, ele repetidamente afirmava que o governante cristão deve ter como trono o serviço e como cetro a misericórdia. A política de Jesus é, nessa perspectiva, uma revolução ética que desloca o centro do poder para o cuidado concreto com os pobres.

Orígenes, por sua vez, interpretou a política de Jesus à luz do ensinamento central do Evangelho: “o Reino de Deus está dentro de vós” (Lc 17,21). Para ele, o Reino não é uma estrutura política, mas uma realidade espiritual que transforma o coração e, por consequência, toda a vida social. Orígenes afirmou que aqueles que recebem Jesus Cristo se tornam eles mesmos Reino (Orígenes, 2025, p. 120). Assim, a política de Jesus não começa pela organização externa, mas pela conversão interior. À medida que o coração é transformado pela Palavra, nasce uma nova forma de vida social fundada na justiça, no perdão e na fraternidade.

Santo Irineu de Lyon refletiu sobre a política de Jesus a partir da ideia de recapitulação: Jesus Cristo recapitula todas as coisas e restaura a humanidade na amizade com Deus (Lyon, 1995, p.16). Para ele, Jesus não exerce a autoridade segundo os critérios deste mundo, mas segundo a mansidão, a verdade e a fidelidade ao Pai. O governo de Jesus não domina, mas serve; não impõe, mas guia; não oprime, mas reconcilia. A política de Jesus recapitula e purifica todas as formas de autoridade, convidando-as a tornarem-se expressão de comunhão e de justiça.

São Gregório Magno retomou esse tema, especialmente em sua *Regra Pastoral*, I,2, onde afirmou que todo poder, para ser verdadeiro e seguro, deve ser humilde. A política de Jesus, para Gregório, é a política da humildade que conduz à compaixão, à escuta e à responsabilidade pelo outro. Jesus Cristo governa não pela força, mas pela mansidão que converte e pela misericórdia que cura. O governante cristão é chamado a imitar esse estilo, conduzindo o povo não pelo medo, mas pela autoridade moral do serviço.

Tertuliano, por fim, destacou que Jesus afirmava diante de Pilatos que seu Reino “não é deste mundo”. Para ele, isso significa que o Reino de Jesus Cristo não se constitui segundo as formas de poder baseadas na força, mas como realidade espiritual que transforma a vida pública por meio da verdade e da justiça (Tertuliano, 2015, p.37). A política de Jesus, nesse sentido,

consiste em viver no mundo com fidelidade ao Evangelho, contribuindo para a sociedade por meio da honestidade, da paz e da prática da caridade. Jesus não rivaliza com os poderes do mundo: Ele os julga pela luz da verdade.

Dessa tradição patrística, emergem quatro características fundamentais da política de Jesus. A primeira é: a autoridade como serviço, expressa na caridade que edifica a comunhão, conforme Agostinho e Gregório Magno. A segunda é: a prioridade dos pobres, destacada por João Crisóstomo como o critério de autenticidade da vida cristã. A terceira é: a transformação interior como fundamento da transformação social, como ensina Orígenes. A quarta é: a reconciliação e restauração da condição humana, segundo Irineu, que vê em Jesus Cristo a recapitulação de todas as relações. A política de Jesus, que não é ideologia, é uma forma de vida, um estilo, uma maneira concreta de construir o Reino de Deus na história. Por isso, continua sendo para a Igreja o modelo permanente de toda ação pastoral, especialmente nos processos sinodais e no horizonte do discernimento ético, social e missionário dos cristãos.

5. A POLÍTICA DO REINO: ÉTICA DA CIDADANIA E DO SERVIÇO

Jesus inaugurou uma nova forma de cidadania, totalmente distinta das categorias políticas do seu tempo: a autoridade como serviço. Em vez de estruturar relações sociais a partir da dominação, Ele propôs a lógica da humildade, da proximidade e da gratuidade. Sua palavra é contundente: “Quem quiser ser o primeiro, seja o servo de todos” (Mc 9,35) (Bento XVI, 2011, p.52). Aqui, o poder não é instrumento de distinção, mas caminho de comunhão; não é privilégio, mas responsabilidade; não é imposição, mas cuidado.

Os gestos de Jesus revelam essa nova política. A partilha dos pães (Mc 6,30-52) não é apenas um milagre, mas a proclamação concreta de que a lógica da abundância supera a cultura da escassez e da competição (Boff, 1972, p.115-118). O lava-pés (Jo 13,1-17) constitui o núcleo da liderança cristã: a autoridade se expressa de joelhos, servindo, aproximando-se do outro, colocando sua dignidade acima de qualquer prerrogativa pessoal (Moltmann, 1994, p.255-258). Sua denúncia do “fermento dos fariseus e de Herodes” (Mc 8,15) revela que o poder pode corromper quando se apoia na hipocrisia religiosa ou na manipulação política. Já o encontro com o cego Bartimeu (Mc 10,46-52) mostra que a política do Reino começa por escutar o clamor dos pobres, reconhecendo-lhes voz e protagonismo.

O Papa Francisco denomina essa postura de “caridade política”, isto é, o amor que se traduz em decisões públicas, capazes de transformar estruturas injustas e promover o bem comum (Francisco, 2020, n.180). Essa perspectiva resgata o sentido original do poder como diaconia, uma liderança que educa, humaniza, promove e protege os mais frágeis. Na visão cristã, governar é servir; orientar é cuidar; decidir é incluir. Essa é a política do Reino — profundamente ética, radicalmente humana, totalmente inspirada pela misericórdia.

A parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37) constitui o paradigma maior dessa “política da fraternidade”. Nela, Jesus rompe fronteiras étnicas, religiosas e sociais, mostrando

que a verdadeira cidadania nasce da compaixão e da capacidade de “fazer-se próximo”. A ação do samaritano não foi assistencialismo, mas compromisso: ele viu, aproximou-se, cuidou, investiu, assumiu riscos. Trata-se de um itinerário espiritual e social que fundamenta toda ética cristã e que, para o Papa Francisco, sustenta o projeto de uma fraternidade universal. Assim, a política do Reino integra espiritualidade e ação pública: revela que a transformação da sociedade começa pelo coração, mas não termina nele.

6. A POLÍTICA DA INCLUSÃO: MULHERES, POBRES E ESTRANGEIROS

A política de Jesus não apenas denunciou sistemas opressores, mas reconstruiu o tecido social esgarçado pela exclusão. Seu modo de agir não era assistencialista nem paternalista; era profundamente transformador porque reconhece a dignidade daqueles que, historicamente, foram invisibilizados. A inclusão não era gesto periférico no ministério de Jesus, mas expressão central do Reino de Deus.

No discipulado de Jesus, as mulheres não ocupavam posição secundária. Elas caminhavam com Ele, sustentavam sua missão e aprendiam diretamente do Mestre (Lc 8,1-3) (Schttroff, 1994, p.87-92). Em um contexto patriarcal em que o testemunho feminino não era juridicamente aceito, Jesus escolheu justamente Maria Madalena como primeira testemunha da Ressurreição, subvertendo normas sociais e revelando que o Reino floresce nas margens da história hegemônica (Brown, 2004, p.55-60). O gesto não foi apenas simbólico, mas fundacional: a Ressurreição foi confiada a quem a sociedade considerava menos importante, indicando que Deus valoriza também os esquecidos, não os poderosos.

Da mesma forma, Jesus reconhecia nos estrangeiros uma fé autêntica e muitas vezes superior à de Israel. O elogio ao centurião romano — “nem mesmo em Israel encontrei tamanha fé” (Lc 7,9) — e o agradecimento do samaritano curado (Lc 17,16) revelam que a graça ultrapassa fronteiras étnicas e religiosas (Meier, 1994, p. 319-330). No Reino, não há identidades privilegiadas. A pertença não se define por raça, cultura ou tradição, mas pela abertura ao amor e à verdade. Jesus inaugurou uma comunidade universal, desmontando qualquer pretensão nacionalista ou exclusivista.

A opção pelos pobres aparece como centro do discurso programático de Jesus Lc 4,14-22) e diz: “Bem-aventurados vós, os pobres” (Lc 6,20). Tal proclamação não é idealização da miséria, mas afirmação de que os pobres são sujeitos da história da salvação (Ellacuría, 2000, p.74-80). A pobreza, em sua dureza concreta, torna-se lugar privilegiado da manifestação de Deus, e não obstáculo à santidade. Por isso, Jesus faz dos pobres não apenas destinatários de sua ação, mas protagonistas do Reino.

Teologicamente, o Reino de Deus se expressa como mesa compartilhada — símbolo maior da inclusão. Jesus comia com publicanos, pecadores e marginalizados (Mt 9,10-13), quebrando barreiras sociais e religiosas que impediam a convivência (Boff, 1972, p.96-115). A mesa é espaço de reconstrução da fraternidade e da comunhão, onde todos retomam sua dignidade. No discipulado,

Jesus estabeleceu um novo princípio: todos e todas são irmãos e irmãs (Mt 23,8) e, portanto, todos têm igual acesso à graça, ao serviço e à missão.

Pastoralmente, essa dinâmica implica compreender que o amor preferencial pelos pobres não é opção circunstancial, mas dimensão constitutiva da evangelização, conforme afirma o Documento de Aparecida: “A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica” (Dap 392). A evangelização só é autêntica quando promove inclusão, restitui dignidade e rompe com qualquer forma de discriminação. A comunidade cristã é chamada a tornar-se sinal histórico dessa inclusão radical, acolhendo mulheres, pobres, migrantes, refugiados, pessoas feridas e invisibilizadas.

Assim, a política da inclusão, vivida e revelada por Jesus, não é mera benevolência, mas projeto teológico e sociopolítico. Ela revela quem Deus é: Aquele que se aproxima dos pequenos, que eleva os marginalizados e que convoca a humanidade inteira para uma fraternidade sem fronteiras. Mais que um programa ético, trata-se de uma espiritualidade que gera práticas concretas, capazes de reconfigurar relações sociais e renovar a própria Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de Jesus é, em seu núcleo, a política do Reino de Deus — uma política paradoxal, porque não nasce do desejo de dominar, mas da decisão de servir. Em todo o Evangelho, o Reino aparece como força transformadora que confronta as estruturas injustas do “antirreino”, isto é, tudo aquilo que nega a vida, oprime os pequenos e destrói a comunhão. A reação violenta a Jesus, que culminou na cruz, revela a profundidade desse confronto. Ele não morreu por ter fracassado, mas porque permaneceu absolutamente fiel ao projeto do Pai. Sua morte não foi derrota, mas consequência de uma coerência radical com a justiça e a misericórdia. A cruz, portanto, não é símbolo de resignação, e sim de resistência amorosa: nela, Jesus desmonta a lógica do ódio sem reproduzir a violência, convertendo a arma do império no trono do amor que se entrega.

Essa entrega de Jesus na cruz inaugura aquilo que São Paulo VI chamou de “civilização do amor”³, expressão retomada continuamente pelo Papa Francisco ao propor a *amizade social* como caminho concreto para a paz e a fraternidade universal. A civilização do amor não é utopia ingênua, mas projeto histórico possível, enraizado na lógica do Evangelho. Trata-se de um modelo alternativo de sociedade, no qual as relações são marcadas pela justiça, pela compaixão e pela reconciliação permanente. A fraternidade, entendida como princípio social, não é apenas sentimento, mas critério político, econômico e cultural. Ela exige escolhas, renúncias e compromisso público. A amizade social, nesse sentido, é a expressão contemporânea da mesma intuição de Jesus: que a paz nasce do encontro, do diálogo e da abertura ao outro.

As bem-aventuranças revelam, de modo privilegiado, esse horizonte político e espiritual. Em particular, o dito de Jesus — “Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos

3 A expressão “civilização do amor” foi utilizada repetidamente por Paulo VI e João Paulo II para designar o horizonte social do Evangelho (João Paulo II, 2001).

de Deus” (Mt 5,9) — apresenta a paz não como ausência de conflitos, mas como tarefa ativa de construção da justiça. Promover a paz implica desinstalar-se, enfrentar a lógica da violência, superar o ressentimento e colaborar na construção de relações restauradas. É uma missão profundamente política, porque exige transformar estruturas, criar pontes e defender a dignidade daqueles que sofrem. A paz bíblica não é neutra: ela toma partido da vida, protege os vulneráveis e busca caminhos de reconciliação.

Por isso, o cristão não pode adotar uma postura de neutralidade diante das injustiças. A indiferença é incompatível com o Evangelho. Jesus se colocou ao lado dos pobres, das mulheres marginalizadas, dos estrangeiros desprezados e dos pecadores excluídos. A fé cristã, quando autêntica, sempre se traduz em solidariedade concreta. Como afirmou o Papa Francisco, “a fé sem compromisso com a transformação social é uma fé desencarnada”. A espiritualidade do Reino não permite fugir da história, mas convida a mergulhar nela com coragem e esperança, denunciando aquilo que mata e anunciando aquilo que faz viver. O seguimento de Jesus Cristo exige discernimento, responsabilidade ética e voz profética.

Os discípulos e as discípulas, portanto, são chamados à ação. A fé torna-se autêntica quando se traduz em obras, e o amor alcança sua plenitude quando se transforma em compromisso social concreto. A política do Reino é política da esperança — uma esperança que não se restringe ao futuro, mas que ilumina o presente e abre novas possibilidades de convivência fraterna. Cada gesto de justiça, cada ato de misericórdia, cada palavra de verdade e cada construção de paz, constitui uma semente dessa revolução do amor inaugurada por Jesus. Assim, os discípulos e as discípulas tornam-se continuadores desse movimento: homens e mulheres capazes de unir oração e ação, contemplação e responsabilidade histórica, ternura e luta por justiça, contribuindo para que o mundo reflita, cada vez mais, o coração do Evangelho.

Assim, a conclusão que o Evangelho oferece é clara: transformando o coração, transformam-se as relações; transformando as relações, transformam-se as estruturas; transformando as estruturas, transforma-se o mundo. O caminho novo de Jesus continua na história por meio daqueles que, animados pelo Espírito, escolhem viver a política do amor, a política do serviço e a política da fraternidade. O Reino de Deus permanece como horizonte e como tarefa: dom que recebemos e responsabilidade que assumimos. Construí-lo é missão de todos que desejam, com Jesus, uma humanidade reconciliada e uma sociedade fundada na dignidade de cada pessoa.

Portanto, a política de Jesus gerou um novo modo de ser no mundo: aqueles que O encontram tornam-se discípulos e missionários do Reino de Deus. O seguimento não é mero aprendizado intelectual, mas configuração existencial ao Mestre que envia para transformar os contextos do antirreino em manifestações do Reino. O Documento de Aparecida recordou que, ao fazer-se discípulo, cada batizado descobre-se simultaneamente missionário, chamado a irradiar a vida nova que brota do encontro pessoal com Jesus Cristo (DAp 29). Assim, a política do Reino não se reduz a valores abstratos, mas se concretiza no testemunho daqueles que, tocados pela graça, assumem a missão de evangelizar, promover a dignidade humana e renovar as estruturas sociais segundo a lógica do amor. De tal modo que a esperança cristã torna-se força histórica: discípulos

e discípulas, movidos pelo Espírito, continuam a obra de Jesus, fazendo do mundo um lugar mais justo, pacífico e fraterno — verdadeiro sinal antecipado do Reino definitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 2 vols. São Paulo: Paulus, 2012.
- AGOSTINHO. Comentário do Salmo 99. São Paulo: Paulus, 1997.
- AGOSTINHO. O Sermão da Montanha e os Escritos sobre a Fé. São Paulo: Paulus, 2019.
- AMBRÓSIO DE MILÃO. Sobre os Deveres. Tradução de José Fernandes Vidal. São Paulo: Paulus, 2011.
- BASÍLIO DE CESAREIA. *Homilia aos ricos e outros escritos sociais*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2017.
- BENTO XVI. *Deus Caritas Est: Carta Encíclica sobre o amor cristão*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- BENTO XVI. Jesus de Nazaré: Do batismo no Jordão à transfiguração, São Paulo: Planeta, 2007.
- BÍBLIA. *Sagrada Bíblia*. Tradução da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- BROWN, Raymond E. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- BROWN, Raymond E. *Maria Madalena na tradição cristã*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- CROSSAN, John D. *O Jesus histórico: A vida de um camponês judeu mediterrâneo*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Documento Final da Assembleia Eclesial sobre a Sinodalidade*. Brasília: CNBB, 2024.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Campanha da Fraternidade 2024: Fraternidade e amizade social*. Brasília: Edições CNBB, 2024.
- CRISÓSTOMO, João. *Homilias sobre o Evangelho de São Mateus*. Tradução de Frederico Lourenço (seleção) ou versões da coleção *Patrologia*. Lisboa: Paulinas, 2018.
- CULLMANN, Oscar. *Cristo e o tempo*. São Paulo: ASTE, 1968.
- ELLACURÍA, Ignacio. *O reino de Deus e os pobres*. São Paulo: Loyola, 2000.
- FERRARO, Benedito. *Reino de Deus: fundamento e horizonte da missão*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: Exortação apostólica*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. *Fratelli Tutti: Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social*. Vaticano, 3 out. 2020.
- GREGÓRIO MAGNO. *Regra pastoral*. Tradução de José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2018.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- HENGEL, Martin. *Was Jesus a Revolutionist?* Philadelphia: Fortress Press, 1971.
- INÁCIO DE ANTIOQUIA. *Cartas*. In: *Os Padres Apostólicos*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo:

Paulus, 2017.

JOÃO PAULO II. *Sollicitudo Rei Socialis: Carta Encíclica sobre a solicitude social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.

JOÃO PAULO II. *Veritatis Splendor: sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1993.

JOÃO PAULO II. *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2001*. Vaticano, 1 jan. 2001. Disponível < https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20001208_xxxiv-world-day-for-peace.html > acesso em 16 jan. 26.

KASPER, Walter. *A Misericórdia: Conceito Fundamental do Evangelho e Chave da Vida Cristã*. São Paulo: Loyola, 2012.

LYON, Irineu de. *Adversus Haereses*, III, 16. São Paulo: Paulus, 1995.

MEIER, John P. *Um judeu marginal: Repensando o Jesus histórico*, vol. 2. São Paulo: Imago, 1994.

MOLTMANN, Jürgen. *O caminho de Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLTMANN, Jürgen. *O Deus crucificado*. Petrópolis: Vozes, 1974

ORÍGENES. *Contra Celso*. Tradução de Orlando dos Santos Cardoso. São Paulo: Paulus, 2014.

ORÍGENES. *Comentário ao Evangelho de João, I*. São Paulo: Paulus, 2025

PAGOLA, José Antonio, *Jesus: aproximação Histórica*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*. Encíclica sobre a ordem social. Petrópolis: Vozes, 1931.

SCHOTTROFF, Luise. *Ler a Bíblia com olhos de mulher*. São Paulo: Paulinas, 1994.

SOBRINO, Jon. *Cristologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1983.

TERTULIANO. *O Apologético*. Tradução de Luiz da Silveira. São Paulo: Paulus, 2015.

WRIGHT, N. T. *Jesus and the Victory of God*. Minneapolis: Fortress Press, 1996.